

**FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
REDE BRASILEIRA DE CENTROS E INSTITUTOS DE JUVENTUDE
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ADOLESCÊNCIA E
JUVENTUDE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

O RACISMO NA EDUCAÇÃO

**“As representações raciais dos Jovens nos livros didáticos
do Ensino Médio da Rede Pública de Goiânia”.**

RANDES RIBEIRO DA SILVA

GOIÂNIA – 2008

**FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA – FAJE
REDE BRASILEIRA DE CENTROS E INSTITUTOS DE JUVENTUDE
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ADOLESCÊNCIA E
JUVENTUDE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

O RACISMO NA EDUCAÇÃO

**“As representações raciais dos Jovens nos livros didáticos
do Ensino Médio da Rede Pública de Goiânia”.**

RANDES RIBEIRO DA SILVA

Orientador: Prof.: Ms. Willian Bonfim

**Monografia apresentada ao Curso de Pós-
graduação Lato Sensu em Adolescência e
Juventude no mundo contemporâneo
como requisito para grau de especialista.**

A minha família, que muito contribuíram para que eu vencesse mais esta etapa da minha vida, são eles Onice Ribeiro da Silva e Renato José da Silva.

Agradecimentos

A Deus que entre silêncios e tempestades conhece as minhas insatisfações e mesmo no teu silêncio me estende a tua mão e reconduz com a sapiência de um mestre, rumo ao conhecimento.

A Casa da Juventude Pe Burnier que tem procurado resgatar a cidadania e o respeito ao adolescente e jovem e que depositou confiança em mim me ajudando nos custos financeiros da pós-graduação, neste momento palavras não coisas pequenas para agradecer, por isso deixo aqui o meu muito obrigado sintetizando todo meu agradecimento.

A Lourival Rodrigues, Alessandra Miranda e Fernando Lima, pelo apoio e colaboração com que atendeu as minhas solicitações deixando a vezes o trabalho do dia-a-dia, para me ouvir e ceder alguns momentos do seu tempo, partilhando seu conhecimento comigo.

Ao meu orientador, Prof.: Ms Willian Bonfim que de última hora me aceitou como seu orientando e que comigo dividiu os questionamentos e as alegrias num tempo tão corrido.

Aos companheiros da especialização que tiveram mais próximos de mim como: Edina, Renato, Mauro, Juliano e Robson e os outros companheiros de curso que de certa forma também contribuíram na discussão sobre adolescentes e jovens.

Aos amigos que nem sempre compreendem que para um estudante, os tempos livres do trabalho e os finais de semana são eternas companheiras do conhecimento.

A todos, o meu muito obrigado!!!

**“Educar é construir sujeitos semelhantes aos seus
ancestrais...”.**

Sara Pain

Resumo

A pesquisa aborda conceitos de juventude, negritude, cidadania, ideologia, educação e livro didático. Faz um destaque na miscigenação brasileira seus valores e suas pluralidades. Busca identificar a situação do negro na sociedade e a discriminação dos adolescentes e jovens. As diferenças e o preconceito racial em sala de aula a inclusão da história afro-brasileira nos currículos, aprovação da Lei n 10. 639/2003 (História da África no Ensino Público) e as representações raciais dos adolescentes e jovens no livro didático da rede pública estadual de Goiânia.

Abstract

This research is about the concepts of youth, negritude, citizenship, ideology, education and didactic book. It has a special attention to the Brazilian mix of generation, their values and their plurality. It tries to identify the black people in the society and the discrimination of adolescents and youths. The differences and the racial preconception in class, the inclusion on the education curriculum of the Afro-Brazilian history, the approval of the Law number 10.639/2003 (Africa History on the public school), and the racial representation of the adolescents and youth on the didactics books of the public school of Goiânia.

SUMÁRIO

CAPITULO - I

Introdução	09
1.1 O Sistema Educacional e a Construção da Cidadania Negra: Uma breve reflexão.....	11
1.2 Um país miscigenado.....	17
1.3 Os valores da diferença.....	18
1.4 O Brasil das pluralidades.....	19

CAPÍTULO II

2.1 A situação do (a) Negro(a) na Sociedade.....	20
2.2 O Jovem Negro na Sociedade.....	22

CAPITULO – III

3.1 Diferenças e Preconceito Racial em Sala de Aula.....	28
3.2 Como lidar com os casos de racismo dentro da escola.....	32
3.4 História da África no currículo escolar.....	38
3.5 Lei n 10.639/2003: História da África no Ensino Público.....	40
3.6 A discriminação dos jovens negros (as) nos livros didáticos do Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Goiânia.....	46
Conclusão	51
Bibliografia	53

Introdução

Neste trabalho, pretende-se apresentar considerações acerca do tema O Racismo na Educação. As representações raciais dos Jovens nos livros didáticos do Ensino Médio da Rede Pública de Goiânia.

Há uma longa e arraigada idéia negativa em relação aos povos negros. Muito mais antiga do que se pensa. O etnocentrismo, isto é, a maneira pelo qual cada povo ver os outros povos a partir de valores, também é tão velho quanto à própria humanidade e sempre esteve relacionado às raças.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar as características do racismo e as representações raciais dos adolescentes e jovens no livro didático do Ensino Médio da rede de ensino público estadual de Goiânia. E o papel desempenhado pela escola em relação a sua cor e as classes sociais e como atuam esses preconceitos em sala de aula nos livros didáticos.

No primeiro capítulo faz-se necessário abordar alguns conceitos de relevância como cidadania, cultura, raça, ideologia, educação, livro didático e ensino público. Destacando uma questão básica com relação à miscigenação e a problemática das relações étnicas no Brasil, fechando-o com as pluralidades brasileiras.

No segundo capítulo buscou-se identificar a situação do negro na sociedade e também a discriminação sofrida pelos adolescentes e jovens na sociedade devido a uma camuflagem de sua própria raça.

O terceiro capítulo fala sobre as diferenças e preconceito racial em sala de aula, como os educadores lidam com casos de racismo dentro do ambiente educacional. E qual o papel da história da África no currículo escolar que é resultado de uma construção social.

O que muda com a inclusão dessa temática nos currículos das escolas públicas de Goiânia e a sanção da Lei nº 10.639/2003 que obriga o ensino da temática História e Cultura Afro-brasileira nas escolas públicas. E para concluir o capítulo discuto a discriminação dos jovens (as) negros (as) nos livros didáticos do ensino médio da rede pública estadual.

Percebe-se que o papel do livro didático em relação à discriminação sofrida pelos adolescentes e jovens negros e que é reproduzida através deles, o que só

deixara de ocorrer depois de muitos estudos e de muita dedicação dos autores para obter um melhor resultado.

Tudo isso, leva a vários questionamentos, presentes na conclusão dessa pesquisa: por os negros só aparecem na período da colonização. E no mundo de hoje onde ficam. Como resolver o problema dos adolescentes e jovens que, não tendo discernimento sobre o assunto, acabam sendo enganados, levados a um mundo de fantasias, onde dizem não haver preconceito com os negros, mas na pratica isso não é verdade.

Basta olhar para a sociedade e para ver com quem está o poder, os cargos importantes, nas novelas, como o negro é representado, temos que abrir os olhos para uma realidade no qual existe sim preconceito racial, mas não se pode ficar parados diante desta realidade, os educadores tem um papel importante diante disso que é leva-los a discussão desta realidade e que tem que garantir seu espaço na sociedade.

1.1 O SISTEMA EDUCACIONAL E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NEGRA: UMA BREVE.

O presente capítulo trata sobre alguns conceitos de grande importância para o desenvolvimento desse trabalho, tais como: cidadania, cultura, raça, ideologia, racismo, educação, livro didático e ensino público.

O racismo, como coloca Cunha (1995) tem sido objeto de pouca discussão, ou de discussões precárias, na sociedade apesar dos vários movimentos negros pelo Brasil afora. O racismo na educação, nas escolas e na sociedade brasileira registra-se como inexistente ou de existência secundária.

Partindo dos princípios de que a sociedade brasileira é baseada numa constituição pluricultural e pluri-étnica que determina os perfis sócio-econômicos de exclusão de cidadania e que estão assentados no racismo, no machismo e nas discussões que articulam cultura, etnia e educação, são fundamentais para qualquer proposta educacional democrática (CUNHA, 1995. p. 6)

A luta pela igualdade racial parte do princípio de que as motivações do movimento negro e da educação parte do princípio ideológico, mas segundo Clovis Moura (1988) em um artigo publicado na revista Princípio, considera que ideologia tem significado de dominação política.

No Minidicionário da Língua Portuguesa de Ruth Rocha (1996) ideologia é definida como uma ciência que estuda a formação das idéias, conjunto das convicções e convenções filosóficas, religiosas, jurídicas, sociais e políticas relacionadas com a situação social dos seus representantes dentro da sociedade.

Marilena Chauí (1984), afirma que

a ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações – idéias e valores e de normas ou regras – de conduta, que indicam ou prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer (CHAUI, 1984. p. 113).

O Brasil é um país mestiço biológica e culturalmente. A mestiçagem biológica é, portanto, o resultado das trocas genéticas entre diferentes grupos populacionais catalogados como raciais que na vida social se revelam também nos hábitos e nos costumes.

No contexto da mestiçagem, ser negro possui vários significados, que resulta da escolha da identidade racial que tem a ancestralidade africana como origem (afro-descendente). Ou seja, ser negro, é, essencialmente, um posicionamento político, onde se assume a identidade racial negra.

A identidade racial/étnica é o sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico, decorrente de construção social, cultural e política. Ou seja, tem a ver com a história de vida (socialização/educação) e a consciência adquirida diante das prescrições sociais raciais ou étnicas, racistas ou não, de uma dada cultura.

Para a sociologia, identidade é o compartilhar de várias idéias e ideais de um determinado grupo. Alguns autores, como Karl Mannheim, elaboram um conceito em que o indivíduo forma sua personalidade, mas também a recebe do meio, onde realiza sua interação social.

Este será o entendimento de ideologia e identidade que estará presente nas análises feitas neste trabalho. É na reprodução de uma ideologia e na construção da identidade negra que os livros didáticos do Ensino Médio representam seu papel e como tal tentaremos abordá-los aqui.

Os livros didáticos têm um papel importante no cumprimento desta tarefa, pois fazem isso através dos seus conteúdos, que incorporam as discriminações de determinadas classes sociais, reforçando a desigualdade social.

Já sobre conceito de educação, recorreremos as orientações de Bottomore

a combinação da educação com a produção material (ou a formulação de Marx, a combinação de instrução, ginástica e trabalho produtivo). O objetivo implícito no caso não era melhor preparo vocacional, nem a transmissão de uma ética de trabalho. A educação tem que assegurar o desenvolvimento integral da personalidade. Com reaproximação da ciência e da produção, o ser humano pode tornar-se um produtor no sentido mais complexo. A comunidade é atribuído um novo e considerável papel no processo educacional, que transforma as relações entre grupo dentro da escola (BOTTOMORE, 1983. p. 122).

Para Cunha, a formação do cidadão através dos sistemas educacionais, sobretudo através da escola formal, deveria mostrar conteúdos que norteassem as representações das diversas pluralidades.

Racismo, machismo, classismo, regionalismo, elementos contidos nos processos de dominação de classe no Brasil, impediram, até o presente, a representação das pluralidades na cultura oficial brasileira. (CUNHA,1995. p. 2)

No sistema educacional, o tema racismo, não é tratado no sentido de se procurar soluções para o problema, mas, pelo contrario, o reproduz, fortalecido nas relações de dominação.

Segundo a educadora Lino para que

a escola consiga avançar nas relações entre saberes escolares, realidades social, diversidade étnico-cultural é preciso que os(as) educadores(as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras (LINO, 2005. p.147)

Dessa forma conseguiremos construir juntos novas formas de convivência e de respeito mutuo entre educadores, educandos e comunidade. É preciso ainda que a escola se conscientize do seu papel no qual ela existe para atender a sociedade na qual está inserida e não aos órgãos governamentais ou aos desejos dos educadores.

Para Lima a problemática do sistema educacional no Brasil perpassa pelos índices de reprovação levando com que os jovens permaneçam muitos anos no ambiente escolar

o problema da educação no Brasil toma como ponto de partida uma breve análise do processo da expansão educacional ocorrido no país nas últimas décadas. É sabido que o intenso processo de urbanização e industrialização, ocorrido nas últimas quatro décadas mudou de forma significativa nossa estrutura social (...). O acesso à escola já não é o maior problema (exceto no nordeste) e sim a progressão dentro do ensino básico pela repetência, ou seja, alunos passam muitos anos dentro da escola (LIMA, 1997. p.11-12).

Segundo Bottomore a população negra apresenta maiores desvantagens no campo educacional.

Essa deficiência têm refletido fortemente na qualificação da mão-de-obra na qualificação de trabalho. O fato do país não investir no sucesso educacional de sua população faz com que ela tenha uma trajetória ineficaz de realização sócio-econômica. Ao se levar em conta as diferenças entre grupos de com negra (preta e parda) é a

que apresenta as maiores desvantagens na esfera educacional com relação as taxas de analfabetismo e escolaridade (CADERNOS DE EDUCAÇÃO ANTIRACISMO, 1997, p. 5)

Os jovens negros têm poucas chances de entrar numa boa escola devido ao nível financeiro, cultural etc.

No que diz respeito à incidência de pobreza entre famílias, o nível educacional do chefe está claramente associado. Quando menos instruído ele for, maior será esta incidência. Além disso, a necessidade econômica destas famílias pode levar a uma solicitação do trabalho infantil como complementação de renda, o que prejudicaria a trajetória educacional de adolescentes pobres (CADERNOS DE EDUCAÇÃO ANTIRACISMO, 1997, p.19).

Segundo a Revista Cultural Fundação Palmares (2000), tanto na escola pública, como na particular, muitos aspectos ainda deixam a desejar, numa época (a adolescência) em que a contestação é o momento que integra o processo de individuação.

Diversos fatores como a má qualidade do ensino público, a falta de professores, sucateamentos dos prédios, por exemplo, concorrem para tornar a escola, e o educador, mais objetos de desinteresse e contestação, do que de referência para um novo posicionamento sobre a vida e o mundo.

Por isso a qualidade de ensino público é apontada criticando-se a incapacidade e falta dos professores. O fim da repetência nas classes intermediárias é apontado como causa da baixa do nível de exigência e padrão dos educandos.

Passar de ano é automático, fácil, não exige esforço nem aprendizado. A melhoria e modernização dos equipamentos escolares, introduzidos com o computador, não parece acompanhada pela melhoria correspondente no ensino da utilização desses recursos.

A falta de vaga na proximidade conveniente à autonomia do educando por vezes resulta na interrupção dos estudos. O vandalismo de alguns educando e a falta de controle da direção da escola também reflete negativamente na imagem do ensino.

Neste espaço afetivamente importante, onde o educador poderia ser um formador de opinião e um apoio importante para a continuidade dos estudos, há os que limitam sua atuação ao mínimo necessário, concorrendo para a desmotivação e críticas a escola.

Para a seqüência da discussão sobre o conceito de racismo, tem-se a compreensão de que nem sempre essa discussão vem acompanhada de uma carga emocional que demonstre polemica e que tenha o mesmo significado de questões acadêmicas mais abrangentes, de ideologia e de dominação.

Podemos perceber que o papel social, ideológico e político do racismo trata-se de um conceito bastante polêmico, no contexto político e histórico do movimento, o racismo adquiriu tanta validade, não é conclusão tirada de laboratório. Mas sim de um grupo étnico sobre o outro, mas uma ideologia deliberadamente montada para justificar o crescimento dos grupos de noções dominadoras sobre os dominados ou a dominar. O racismo tem um conteúdo étnico, mas, também, ideológico e político (Revista Princípios 1984. N.34, p.28).

O sistema educacional, segundo Cunha, não é assim por acaso, mas uma opção.

O estado institui o racismo nos aparelhos ideológicos, dentre eles a escola, que é um dos principais instrumentos de construção das representações que, veiculadas no espaço escolar, são coerentes com as instituições dominantes (CUNHA, 1995. p. 35).

Ao mesmo tempo em que discrimina determinados conceitos presentes no senso comum, o sistema educacional público elabora outros conceitos e os torna comuns, não procurando soluções para os problemas causados pelo racismo, porque ele também os causa e os reproduz, fortalecendo assim as relações de dominação existentes. (CUNHA, 1995, p.41)

Na educação, a questão social e o direito à cidadania é bem polemica. Sempre discutida em seminários e congressos, onde nos quais se discute como abordar o problema racial dentro das escolas e principalmente nos livros didáticos.

A questão racial no nível de escolaridade da população brasileira mostra uma nítida linha na trajetória escolar, o que acaba se refletindo diretamente em uma menor realização sócio-econômica.

Sobre o posicionamento e a preocupação dos educadores em geral, concordamos com Cunha, quando diz que

o modo como a educação é instituída e os posicionamento dos educadores expressam bem o que afirmamos. As posturas de diversos profissionais de educação conduzem o racismo no ambiente escolar. Respeitando-se as exceções, a maioria é conivente com o caráter etnocêntrico do sistema educacional. Determinados educadores criticam os problemas relacionados à marginalização dos

educandos, contudo analisam os problemas somente do ponto de vista das classes sociais e não dão importância aos problemas relacionados à dominação étnica (CUNHA, 1995, p.4).

É para um quadro de resgate da cidadania que estamos propondo neste trabalho. É preciso entender a questão da cidadania/racismo. A cidadania, em relação ao racismo, tem grande influência no papel desempenhado pela educação.

Pensar em cidadania é pensar em democracia onde essa luta tem com pano de fundo o conjunto de direitos sociais, civis e políticos, assegurando aos indivíduos pelo estado-nação, precisa-se urgentemente que o reconhecimento e a garantia desses direitos sejam assegurados a todos os brasileiros, e em particular, aos afrodescendentes, que há muito foram despojados desses direitos.

Existe, no Brasil, uma concepção de cidadania aceita pela grande massa da população, que considera como marginalizados os negros, as mulheres, os desempregados, os homossexuais, os portadores de doenças que requerem cuidados especiais, entre outros, que são expulsos do sistema produtivo. (CUNHA, 1995, p.5)

Como exemplo deste mecanismo de desigualdade, pode-se citar a discussão racial do trabalho com destaque para a questão do negro no mercado de trabalho. Nesta categoria sócio-ocupacional, no Brasil, o negro ganha menos que o branco nas mesmas ocupações, e isto é um dos efeitos da discriminação no mercado de trabalho.

Os negros que conseguiram ascender às ocupações de nível médio e superior constituem apenas 10% da população negra, contra aproximadamente 30% da população branca. Esses dados apontam a existência de limitadas possibilidades para ascensão social do negro em nossa sociedade. (CUNHA, 1995, p.5)

Segundo ainda Cunha (1995), hoje, o acesso à educação, especialmente ao ensino básico, constitui uma das condições mais importantes para o exercício da cidadania.

Neste aspecto, o pouco, ou o inexistente investimento em uma educação de qualidade leva poucos negros para escola, o que influi nos seus direitos de cidadãos, uma vez que sofrem uma dupla discriminação no mercado de trabalho, o que leva a serem a maioria dos desempregados no Brasil.

Um fato importante e que desperta curiosidade é a insensibilidade da escola no tocante à percepção dos negros no nosso sistema educacional público, do qual

todos saem sem atentar para a necessidade de enfrentar o problema da etnia e lutar pela diminuição das desigualdades vividas por todos os afro-descendentes nas mais diversas esferas da sociedade.

Sem dúvida a escola é o espaço para o desenvolvimento de aprendizagens curriculares em diversas temáticas específicas e, sobretudo, lugar privilegiado para a socialização juvenil dado que permanece boa parte do seu dia nesses espaços.

Deste modo, percebe-se que o desafio das escolas públicas é construir estabelecimentos educativos adequados às necessidades dos jovens, para que os sejam “apropriados” pelos estudantes e que estejam aptos para acompanhar os adolescentes, na passagem da vida infantil para a vida adulta.

Nota-se que as escolas não podem estar orientadas apenas para preparar os estudantes para um bom desempenho na sua vida adulta, mas devem ter um sentido próprio, garantido dignidade para a diversidade racial e superando para os desafios de uma sociedade ainda considerada “falso racista”. Por isso percebe-se que a emancipação juvenil, deve, portanto, ser um dos objetivos da educação.

1.2 UM PAÍS MISCIGENADO

A questão básica da contribuição da miscigenação é: aprender com o diferente e com ele aprender a conviver. Assim, a negação da possibilidade de troca de saberes e fazeres com outros grupos seria um ato de desrespeito a eles e a nós mesmos. O desrespeito se deve, justamente, ao fato de estarmos nos furtando à possibilidade de contato com outros grupos, realidades, em especial, suas experiências na resolução de problemas cotidianos.

Tem sido consensual, na visão de muitos sociólogos e educadores contemporâneos, o fato de atualmente estarmos inseridos em uma cultura supranacional e globalizada. As fronteiras culturais estão cada vez mais tênues, possibilitando uma maior fluidez de valores, crenças, costumes, conceitos e práticas em geral.

Isso acontece muito frequentemente em função das conseqüências das recentes transformações no mundo do trabalho e da economia, que acabam por atribuir à sociedade contemporânea mundial e brasileira algumas características que até então não se faziam presentes com tanta visibilidade. Um exemplo é o contexto

social marcado por dúvidas, inseguranças e incertezas acerca do futuro do trabalho das instituições e das próprias relações entre os diferentes grupos humanos.

1.3 OS VALORES DA DIFERENÇA

Quando introduzimos a problemática das relações étnicas em alguma discussão, percebemos que os discursos normalmente adquirem uma proporção bastante polemica. Talvez isso esteja relacionado à ausência de um conhecimento mais amplo e intencional do que venha a ser o próprio entendimento de miscigenação.

Segundo o autor Santos (1996) no espaço acadêmico é possível perceber inúmeros trabalhos e discussões, muitas vezes não menos polêmicos, sobre a temática da miscigenação das culturas e também entre povos e grupos. Com a nova reconfiguração da sociedade, admitem trazer uma riqueza social sem precedentes se considerarmos a troca de conhecimentos e experiências entre os distintos grupos.

A troca pode ensinar um pouco mais a todos nós, no sentido de aprendermos a conviver, respeitar e valorizar as diferenças, sejam elas de raça, de etnia, de gênero etc.

Acreditamos que essa troca de experiências, conhecimentos, vivências, estratégias de sobrevivência têm sido uma importante forma de reconhecermos a pluralidades étnico-cultural brasileira em nosso cotidiano, seja no trabalho, na sala de aula, nos relacionamentos afetivos ou nas relações mais diversas do nosso dia-a-dia.

1.4 O BRASIL DAS PLURALIDADES

O Brasil é mundialmente conhecido e lembrado como o país da miscigenação, justamente pelo discurso generalizado da “mistura das três raças”. Esse discurso, no entanto, encobre uma outra discussão que é a existência de outras etnias e com elas, outros hábitos, valores, crenças, conhecimentos e vivências dentro mesmo de cada uma dessas “três raças” que comumente aprendemos e também reproduzimos como verdade absoluta.

Na própria etnia com a qual nos identificamos não existe um entendimento único dos códigos sociais, mas sim códigos diversos. Isso porque cada uma das “três raças” também é complexa e nem sempre consensual entre si. A diversidade já se fazia presente entre cada uma das “três raças” que construiu o Brasil.

Neste sentido, a questão da miscigenação tem sido de um lado, discutida e, de outro, negligenciada. Discutida sim, quando falamos em preconceito, em discriminação, em racismo e também em estratégias para combater tudo isso. E negligenciada, na medida em que constatamos que muitas práticas sociais são mascaradas, através de discursos bonitos, essa realidade de exclusão social que o negro, o índio e outros ainda sofrem no país.

Felizmente, está cada vez mais difícil deixar essa discussão em um segundo plano, tendo em vista a crescente articulação de grupos sociais específicos através de movimentos sociais na luta e reivindicação de direitos e lugares na sociedade. Devemos apostar no fenômeno miscigenação, pois essa “mistura” entre povos e culturas distintas nos ensina a sermos mais tolerantes, mais sensíveis e mais conscientes à medida que estamos mais constantemente em contato com o outro.

CAPÍTULO - II

2.1 A SITUAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE

A sociedade brasileira é marcadamente formada por grupos etnicamente diversificada grande parte da população brasileira é marcada por negros, devido o grande número de escravos que foram traficados para o Brasil no período de sua colonização. A população negra no Brasil, para efeito de estudos social e econômicos, é formada pela junção daqueles brasileiros que se auto classificam como pretos e pardos, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Desse modo, segundo o último censo, 45,3% dos brasileiros negros (39,9% pardos e 5, 4% de pretos) e 54% brancos. (SILVA e GOMES, 2006, p. 72)

E os dados referentes à educação não é diferente, a taxa de analfabetismo, por exemplo, embora tenha diminuído nos últimos tempos, revela uma nítida separação entre negros e brancos na sociedade brasileira. Entre a população com mais de 15 anos, há 7,7% de brancos analfabetos e 18,2% de negros analfabetos.

Segundo ainda Silva e Gomes os jovens de 25 anos ou mais com o curso superior completo é de 10,2% da população branca, enquanto apenas 2,5% dos negros possuem um curso superior.

Enfim, com isso podemos perceber que os indicadores sociais apontam para uma distinção entre os grupos raciais no Brasil. Com tudo isso a suposta mistura defendida pelo mito da democracia racial não se materializa numa distribuição da pobreza e da riqueza, da taxa de analfabetismo e do acesso à universidade.

Para Silva e Gomes, em defesa do mito da democracia racial, muitos dizem que possuem algum contato inter-racial e que, portanto, não faz sentido falarmos em distinção racial. (SILVA e GOMES, 2006, p. 73)

Quando, em 1888, aconteceu a abolição da escravatura no Brasil, não foi em decorrência do desejo do branco em ver o negro liberto, mas de ver o país livre da vergonha de ser ainda o único país americano em manter a escravidão. A libertação não foi uma dádiva, mas uma conquista dos próprios negros apoiados pela política e socialmente pelos abolicionistas.

O negro liberto, no entanto, passou a ser negro marginalizado. Enquanto estrangeiros brancos recebiam centenas de milhares de hectares de terra, o negro

se amontoava no morro, pois sequer recebeu um terreno do governo brasileiro pelos seus 400 anos de serviços prestados.

Os negros brasileiros têm sofrido, ao longo da nossa história, diversas formas de calúnias. A justificativa para tais acusações variou com o pensamento intelectual da época. O fato é que, no Brasil Colônia e no Brasil Império, não houve lugar para o negro no imaginário nacional português ou brasileiro. Um país que queria ser branco, o Brasil se esforçava para realmente brutalizar os negros que importava da África como escravos e que aqui nasciam (GUIMARAES 1999, p.67).

Sua tarefa e justificativa moral era civilizar através da disciplina do trabalho; seu objetivo real era extorquir o máximo possível de trabalho ao menor custo. Poucos descendentes negros se contavam no pequeno espaço social reservado para o exercício da igualdade, da cidadania e da civilidade.

No Brasil existe uma mentalidade que ainda está arraigada no sistema escravista colonial. Em nome de uma “raça superior” já se cometeram milhares de atrocidades durante a história da humanidade. O escravismo é uma constante nos relatos da nossa história.

O Apartheid, por exemplo, o trabalho escravo, a discriminação indígena são provenientes de uma filosofia de superioridade racial. Enquanto homens e mulheres se julgarem superiores, teremos necessariamente classes, raças, povos inferiores.

A escravidão como prática em nosso país é profundamente disfarçada. Talvez não se venda mais o corpo do negro ou do trabalhador como outrora, porém, infelizmente, se negocia com a sua identidade, impondo uma carga de inferioridade e discriminação que fere tanto quanto a venda de seu corpo (MANUNGA, 1996, p. 650).

Na sociedade democrática a conquista de direitos iguais propõe aos dominantes repensarem a sua pretensa superioridade. Um dos caminhos possíveis de desenvolvimento do processo de superação da prática do racismo é a educação escolar, fato essa que estamos propondo nesta pesquisa.

Não importa como são definidos e caracterizados, racismo e discriminação constituem violações de direitos humanos. Não é uma questão de relação interpessoal nem apenas hábitos da pessoa humana. São questões que estão incorporadas às práticas, às políticas e composições institucionais que levam um grupo de uma raça ou cor a estar em desvantagem e outro a gozar de privilégios.

Temos que lembrar ainda que o Brasil é um país mestiço, biológica e culturalmente. A mestiçagem biológica é, inegavelmente, o resultado das trocas genéticas entre diferentes grupos populacionais catalogados como raciais que na vida social se revelam também nos hábitos e nos costumes (componentes culturais).

No contexto da mestiçagem, ser negro possui vários significados, que resulta da escolha da identidade racial que tem a ancestralidade africana como origem (afro-descendente). Ou seja, ser negro, é, essencialmente, um posicionamento político, onde se assume a identidade racial negra (SILVA E GOMES, 2006, p. 75).

O racismo detectado na sociedade brasileira tem traços que antecedem a escravidão e foi se modificando ao longo dos anos, chegando aos nossos dias com características muito específicas. A história não fala apenas do passado. Fala de um processo de continuidade de passado para o presente, ou seja, aquilo que aconteceu ontem tem consequência hoje, e o que acontecer hoje, terá consequência amanhã.

Assim, nem racismo nem história do povo negro começam com a escravidão. Antes de tudo, existe um projeto político, uma proposta política da sociedade. Para nós, buscar conhecer esta história é mais do que afirmar a cor de pele, uma evidência, é afirmar uma história que foi negada à nossa sociedade, é resgatar os sonhos perdidos, o que implica num compromisso radical com a causa de povo.

Por isso a identidade racial/étnica é o sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico, decorrente de construção social, cultural e política. Ou seja, tem a ver com a história de vida e a consciência adquirida diante das prescrições sociais raciais ou étnicas, racistas ou não, de uma dada cultura.

2. 2 O JOVEM NEGRO NA SOCIEDADE

Falar de juventude nestes últimos dias tem sido um desafio muito grande, no qual a mídia tem mostrando uma juventude violenta, criminosa, sem limites e valores. Podemos também perceber que esses rótulos são designados à juventude negra, pobre e que moram na periferia. Uma vez que a periferia também não é sinônimo de pessoa de má índole. Mas, este não é um aspecto que iremos nos ater nesta pesquisa.

A temática da juventude no Brasil ainda é um campo em construção com vários temas que demandam maior investigação, sobretudo no que se refere à articulação entre educação e cultura. Nesse contexto, as particularidades vivenciadas pelos jovens como as relações raciais e de gênero, ocupam um lugar ainda mais principiante na produção teórica sobre juventude no Brasil.

A realização de pesquisas que visem cobrir essa lacuna torna-se uma tarefa desafiadora, apresentando todos os limites e possibilidades de uma produção teórica que, até o momento, apresenta pouca penetração no campo das Ciências Sociais e na Educação. (SPOSITO, 1997).

Esta fase principiante é percebida na formulação e implementação de políticas públicas para a juventude. Segundo Sposito (1997) é recente a preocupação dos formuladores de políticas governamentais com os/as jovens. A maior parte dos programas, projetos e ações formulados e ensaiados para atender aos setores juvenis visam trabalhar somente com um dos horizontes do seu cotidiano, de maneira especial, os jovens que se encontra em “situação de risco” ou em “desvantagem social” individual ou coletivamente.

A exploração sexual, a gravidez na adolescência, o consumo ou tráfico de drogas, a violência e os atos considerados delinqüentes são os mais visados quando se pensam na elaboração de políticas para a juventude. A inserção no mundo da cultura, as formas de lazer, os estilos e movimentos culturais são pouco considerados. Dessa forma, uma parcela significativa da juventude que atua e desenvolve diferentes práticas no interior de grupos culturais juvenis não é considerada como possível interlocutora por aqueles que formulam e desenvolvem políticas sociais.

Lamentavelmente, essa visão equivocada da juventude está presente, por vezes, também no interior das escolas. Costuma-se dizer que as gerações mais jovens estão perdidas. Na realidade, quando analisamos a relação entre juventude e mundo adulto podemos ver que são os adultos é que estamos “perdidos” em nossos valores, projetos, utopias e autoridade.

Segundo SPOSITO (1996)

não devemos temer ou evitar os conflitos existentes entre as gerações e as disputas que pode haver entre projetos diferentes, contrários ou contraditórios. Compete às gerações adultas, não abrir mão de suas utopias e oferecer modelos e ideais aos jovens,

sobretudo no que se refere à valorização das práticas democráticas e o respeito às diferenças. Para que se possa contrapor, contestar e criar um conjunto próprio de orientações, opções, caminhos e utopias, os/as jovens precisam encontrar um estoque muito bem definido de valores para o diálogo com seus educadores e educadoras.

A juventude segundo DAYRELL

não se reduz a um momento de transição, a um tempo de prazer e de expressão de comportamentos exóticos e nem tampouco se restringe a uma fase de crise dominada por conflitos com a auto-estima e/ou personalidade. O autor nos diz que embora não seja fácil construir uma definição da juventude enquanto categoria, uma vez que os critérios que a constituem são históricos e culturais, podemos entendê-la, ao mesmo tempo, como uma condição social e um tipo de representação (2003, p.41).

De acordo com Gonçalves e Silva (1996) estamos diante de um legado africano, uma herança que mulheres e homens escravizados deixaram para nós, povo brasileiro.

Herdamos não só os ritmos, os quitutes, a religião, o jeito de viver e de trabalhar, mas também o entendimento próprio do sistema mítico, a valorização do aprender através da troca, a sabedoria popular em que o mais experiente informa e apóia o aprendiz, em outras palavras, aprende-se realmente aquilo que se vive (GONÇALVES e SILVA, 1996, p.172 e 174).

Essa mesma autora afirma que a sociedade brasileira convive com marcas da cultura africana que, independentemente de nossa origem étnica, assimilamos e vivemos. Reconhecer isso, sem dúvida, não significa esquecer ou negar as outras marcas que fazem parte do nosso jeito de ser e de viver.

Significa, na realidade, aceitar uma de nossas raízes culturais que ainda é rejeitada e negada, a ponto de seus representantes diretos, os descendentes de africanos, serem vistos, há mais de 500 anos, sob óticas preconceituosas, além de serem diariamente discriminados.

Essa relação entre linguagem cultural e africanidade, nem sempre é acompanhada de um conhecimento mais profundo dos/as jovens negros/as a respeito da história da África e da cultura afro-brasileira. Esse entendimento superficial sobre a relação entre a linguagem cultural da qual participam e a cultura negra interfere, de alguma maneira, na construção das identidades negra e juvenil dos sujeitos da pesquisa.

Para Souza a construção das identidades passa pelo resgate de ser negro e não torna-se.

Ser negro é, além disso, tomar consciência do processo ideológico que, através do discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro (SOUZA,1983,p.77).

É esse processo denso, complexo e tenso que os jovens e as jovens negras do ensino público vivem de forma contundente. A abertura de horizontes e a tomada de consciência da condição social, racial e juvenil transformam esses/as jovens em sujeitos mais conscientes da sua diferença e da luta pelo reconhecimento.

Por outro lado, como todo e qualquer processo de mudança, ruptura e amadurecimento, a afirmação da identidade juvenil e negra também traz angústias, indagações e novas responsabilidades diante da vida.

Essa situação revela que os estudos sobre a juventude no Brasil precisam dar conta da presença da diversidade étnico/racial na trajetória de vida dos/as jovens do nosso país.

Mesmo quando trabalham com o conceito de “juventudes” os poucos estudos dessa área que realizam uma análise mais profunda sobre a temática, tendem a omitir ou excluir as implicações étnicas e raciais nas trajetórias de vida dos/as jovens, principalmente, daqueles que pertencem às camadas populares.

A realidade do/a jovem negro/a da periferia das grandes metrópoles não se caracteriza por uma postura alienada diante da vida, como podem pensar alguns. Esta realidade tão adversa, de maneira contraditória, pode gerar uma tomada de consciência do processo ideológico do racismo. O discurso dos/as jovens sobre a questão racial não se limita à denúncia do racismo. Eles vivem as experiências da discriminação racial e refletem sobre a necessidade de construção de estratégias de sobrevivência para driblar o racismo (SOUZA,1983, p.81).

Nesse sentido, não é o discurso da superação do racismo que permeia muitas falas de jovens no ambiente escolar. Por que será. Será que diante da dura

realidade em que vivem, os/as jovens negros/as aprendem a analisar com mais frieza essa transformação tão desejada.

Os/as jovens negros/as parecem reconhecer que, no atual momento e de acordo com a sua condição social, educacional e de vida é possível, nesse momento, driblar o racismo, pois a superação deste faz parte de um processo mais complexo que não depende apenas da juventude negra.

É instigante o fato de que o movimento afirmativo em relação à negritude não tem garantido aos jovens negros/as um conhecimento maior e uma busca da história do povo negro. Muitas vezes eles/elas demonstram esse desejo e cobram da escola esse tipo de ensinamento. Porém, sabemos que a educação escolar ainda caminha lentamente em relação a essa temática.

No contexto educacional vivido pelos/as jovens negros/as da periferia a escola assume um lugar importante. Porém, de um modo geral, quando se referem à instituição escolar, os jovens percebem a falta de diálogo entre o universo escolar e os grupos juvenis.

No que se refere à questão étnico/racial, pode ser apontado pelo universo juvenil à falta de sensibilidade e até mesmo de respeito que permeiam as relações raciais no interior da escola.

Nem sempre essa instituição se mantém atenta à complexidade do que é “ser jovem negro/a” no Brasil. As trajetórias escolares parecem não contribuir muito para a construção de uma identidade negra positiva desse/a jovem. Esta, quando acontece, deve-se à sua inserção em outros espaços sociais como, por exemplo, os grupos culturais, a religião e os projetos sociais (SOUZA,1983, p.85).

Quando a escola não realiza de maneira competente o seu ofício de educar e de respeitar as diferenças, os jovens tendem a buscar outros espaços sociais, culturais e religiosos em que essa postura esteja presente. Isso não quer dizer que tais espaços sejam perfeitos e que no seu interior não existam disputas, relações de poder, hierarquias raciais e de gênero.

Contudo, o fato desses espaços se abrirem ao diálogo para com a juventude os transforma mesmo com todos os limites em lugares mais atrativos e desejáveis do que a própria escola.

Pode-ser perceber que no Brasil, a construção de uma identidade negra positiva não se limita ao fato de nascer negro, viver dentro da comunidade negra e

pertencer a um grupo cultural que privilegia uma linguagem cultural alicerçada numa matriz africana recriada na diáspora.

Não podemos desconsideramos, de forma alguma, a importância desses fatores para a elaboração de novos valores e símbolos juvenis e para a construção de uma auto-imagem positiva.

Porém, eles não podem caminhar isoladamente. Nesse sentido, além do contato com o outro, com o diferente, com a produção cultural, com os bens culturais, com a história

dos ancestrais e da humanidade é preciso que se criem oportunidades iguais para as diferentes “juventudes” no Brasil. Essas oportunidades precisam compor um conjunto de políticas de ações afirmativas, visando a superação das desigualdades sociais, raciais e de gênero que marcam a trajetória da juventude brasileira (SOUZA,1983, p.85).

Trata-se não só da formulação de políticas públicas para a juventude, mas, também, de políticas públicas de ações afirmativas para a juventude que considerem a raça/etnia e o gênero.

Nesse sentido, pensar a juventude negra e pobre do nosso país nos coloca diante do desafio de implementação de políticas públicas universais juntamente com as específicas. Esse aspecto tem sido pouco analisado pela produção teórica que investiga a condição juvenil.

Ao privilegiar o cotidiano de jovens negros/as que integram os grupos culturais juvenis, inevitavelmente, temos que nos remete à escola (Ensino Médio) onde estão os adolescentes e jovens. Nota-se que, cada vez mais, a escola precisa dialogar com os outros espaços educativos em que os jovens produzem cultura e se constroem enquanto sujeitos sociais.

Além disso, a escola precisa considerar fatores como a raça/etnia e o gênero no processo de construção da identidade juvenil, valorizando-os e possibilitando aos jovens um conhecimento mais elaborado sobre essas relações e o seu desenvolvimento no decorrer da história, da política e da cultura.

Mas, enquanto a educação escolar resistir diante da importância de tais fatores ou continuar considerando-os como temáticas transversais ou conteúdos inovadores dos currículos, o diálogo entre escola e juventude continuará acontecendo de maneira precária.

CAPÍTULO III

3.1 DIFERENÇAS E PRECONCEITO RACIAL NA SALA DE AULA

Segundo dados da Unesco a juventude é considerada uma categoria desprovida de educação, e do primeiro emprego, mesmo com projetos do governo, com isso está propenso a sofrer violência, especialmente nos grandes centros urbanos, e quando se fala de negritude esses dados não ficam atrás, a ser agente ou vítima da violência ou discriminação pela cor, sexo, condição social.

É um jovem que não recebe uma formação adequada ao ensino formal. Onde tem dificuldades para entrar no mercado de trabalho e para acessar o Ensino Superior e está em situação de vulnerabilidade.

Por isso a escola é considerada uma instituição fundamental para a formação de valores, enquanto cidadãos. Infelizmente vemos um deslocamento da escola em preparar o educando para passar de ano ou para o vestibular, mas não o prepara para a vida. Então existe uma distância entre o que é a escola hoje e o que é uma educação abrangente, para a cidadania racial.

Reformar a escola não é uma tarefa simples, mas existem formas de fazer isto. O primeiro passo seria a reestruturação dos ambientes físicos, porque existem muitas escolas cujo ambiente está decadente, sem equipamentos. E falta valorização da carreira de professor. Hoje em dia são poucas pessoas que cursam o ensino superior para serem professor por vocação (GOMES, N. L. 1996).

Além disso, um dos grandes problemas das escolas brasileira é a discriminação racial no qual afeta diretamente o ensino. As escolas brasileiras sofrem muito com esta situação e isto influencia na qualidade da educação. Com isso percebemos que reformar a escola pressupõe em mudanças na qualidade de educação, valorização da carreira do professor/educador e integração entre direito racial e a cultura do jovem para a cidadania.

Segundo ainda a Unesco a juventude é a faixa etária com maior número de brasileiros, se são os jovens que são responsáveis pela herança das conseqüências de tudo o que se faz hoje, parece indiscutível que estejam presentes em todas as instancias decisórias da vida do povo. É por isso que a escola tem se tornado uma instituição de suma importância para a construção da cidadania juvenil.

Compreender a escola como um dos espaços de construção da identidade étnico-racial é saber que o cotidiano escolar se constrói para além do trabalho com os conteúdos, do processo de avaliação, das normas disciplinares. O ambiente escolar é permeado, também pela diversidade cultural (GOMES, N. L. 1996).

As relações humanas têm sido uma das preocupações antiga da sociedade e as atitudes reproduzidas nos dias atuais têm ampliado as discussões no campo educacional, incluindo-se a questão étnico-racial. As questões a respeito de como pensamos e agimos no cotidiano escolar hoje já se fazem mais presentes no contexto educacional.

As atitudes são reconhecidas por meio do reflexo da linguagem ou fala, ação ou comportamento nas relações com outros e sua gênese está nos determinantes sociais (normas, papéis sociais, valores ou crenças), mas é formulada como propriedade da personalidade individual (GODOY, 2001, p.78).

O papel da educação e da escola no desenvolvimento das relações humanas vem se tornando cada dia mais importante, pois é em seu cotidiano que se desenvolvem atitudes refletidas nas diferentes linguagens, ações, valores, crenças que permeiam todas as relações inter e intrapessoais no contexto do processo educativo.

É no cotidiano escolar que se pode discutir e criar melhores condições de relacionar-se com o outro, aprendendo a conviver, olhando e conhecendo a si próprio, e outros, com respeito.

A escola como espaço sócio-cultural, é marcada por uma questão dinâmica do fazer cotidiano concretizado por seres humanos, trabalhadores de diferentes sexos, idades, etnias, ou seja, discentes, docentes e outros. Cada um traz consigo ao chegar à escola experiências vivenciadas nos mais diferentes espaços sociais.

A escola não pode ser considerada, simplesmente como um espaço onde se transmitem conhecimentos, alheia a realidade de que neste contexto se vivem diferentes tipos de relações, as quais inconscientemente ou não, podem contribuir para disseminação do processo de seleção e omissão, com base em valores e crenças que generaliza a cultura de determinados grupos em razão de outros (SOUSA, 2005, p. 105).

Ao contrário a escola deveria assumir o papel de provedora antes de tudo, não de um processo educacional homogenizador, mas sim, desenvolver um trabalho mais eficiente quanto à questão inter e multicultural. (GODOY, 2001, p.79).

Segundo ainda GODOY (2001), para a escola vir a tornar-se um espaço coletivo de construção de relações grupais com base no respeito mútuo e valorização do outro e suas diferenças, é preciso no mínimo

privilegiar um cotidiano onde os sujeitos a ela pertencentes não sejam passivos; manter uma relação construtiva, harmoniosa e contínua no enfrentamento de conflitos e negociações na apropriação de normas e regras mediada por ações recíprocas de respeito ao diferente; reconhecer identidades presentes nos diferentes contextos culturais, apropriando-se deles, sistematizando, desvendando seus conteúdos ideológicos (GODOY, 2001, p. 85).

Seguindo o pensamento de GODOY (2001), as questões, que permeiam o cotidiano escolar, como as atitudes anti-sociais e preconceituosas, levam às necessidades da efetivação de uma prática a qual venha se ocupar de ações combativas a realidade discriminatória e agressiva, para com outros, devendo considerar pontos importantes para isso.

Compreende-se que seja necessário e importante dentro desta proposta de ação educativa visando eliminar o preconceito racial, a identificação de fatores concretos, tal como o comportamento do educador em sua classe ao relacionar-se com os alunos negros, que condicionam a desigualdade e preconceito, juntamente com a configuração com que esses fatores se apresentam. Além disso, ter-se uma conscientização das conseqüências desencadeadas por esses fatores condicionantes do preconceito racial.

O educador como elemento do processo educacional, deve se tornar o facilitador de diálogos e reflexões sócio-críticas, sempre considerando os fatores condicionantes que corroboram para a perpetuação do preconceito dentro da cultura escolar (SOUSA, 2005, p.108).

A relação de respeito mútuo entre educador/educando é um dos grandes problemas com o qual se pode deparar. Não é novidade o quanto essas relações são bastante complicadas.

As características escolares, ou seja, a composição social do corpo docente, discentes, e as crenças, valores que veiculam nas relações estabelecidas neste grupo como um todo, também podem se

caracterizar em problemas ou dificuldades a serem vencidos (GODOY, 2001, p.79).

Percebe-se que se faz necessário repensar a linguagem simbólica que a escola veicula, visando modificar as ações e atitudes que são norteadas a partir desses valores e crenças, que leva a concretização de representação e construção de imagens nem sempre positivas com relação ao educando, devido à diferença do universo cultural dos alunos e da escola.

As considerações acima, interferem nas diferentes representações que a escola tem se seu papel social, na forma como deve conduzir o processo educacional, etc. É necessário repensar o trabalho individual e coletivo de qualidade no contexto escolar.

Isso só será possível com o preparo do educador, e com a tomada de consciência da necessidade de uma transformação da ação pedagógica.

A transformação antes de tudo deve partir de uma mudança de paradigma e de foco, no qual as discussões acerca de atitudes preconceituosas e discriminatórias sejam realizadas de maneira explícita e de forma consciente, com todos os problemas sociais exigem.

O ponto de partida parece estar na busca do conhecimento do pensamento, da representação que os educadores e que os educando possuem acerca da diversidade étnica presente no contexto social ao qual estão inseridos e a partir daí melhorar o desempenho do papel de sujeito social (educador).

É preciso, buscar reconhecer que as atitudes e condutas do educador podem potencializar as relações inter-pessoais positivas, a construção de uma identidade étnica/racial e auto-conceito positivo entre os educandos e tornar esse reconhecimento em algo produtivo, ou seja, ação efetiva de promoção de outros e novos valores de respeito à diversidade (GODOY, 2001, p.80).

A intervenção positiva no contexto discriminatório que é representado pela escola, deve ser decorrente de uma proposta educativa que considere os conflitos produzidos na sociedade, evidenciando o encontro entre diferentes, grupos étnico-raciais, no qual se destaque um relacionamento em nível de igualdade, conservando sempre a identidade, especificidade de cada um buscando o enriquecimento mútuo.

Esta intervenção deve ter como pretensão a relação ao grupo, discriminatório e autônomo ajudar no conhecimento, modificação e eliminação dos estereótipos, e dos preconceitos por outros grupos. Evidenciar a valorização positiva e crítica de

outras culturas, a conscientização sobre a necessidade de um mundo mais justo, promover atitudes e mudanças sociais positivas. (GODOY, 2001, p.81).

Com relação a grupos discriminados é necessário ajudar no reconhecimento e modificação dos estereótipos e preconceitos que sofrem, na construção de valorização positiva e crítica das outras culturas diversas a sua, conhecer sua própria cultura e por fim, promover atitudes e mudanças sociais positivas que evitem a discriminação e melhorem suas condições de vida (GODOY, 2001, p.82).

A intervenção pode ser positivo na construção da identidade étnico racial e valorização do outras culturas no contexto escolar. A tomada de decisão inclui a compreensão pelos educadores de que o importante não é evidenciar o direito da igualdade e ao mesmo tempo anular o referencial das diferenças étnico-raciais.

Faz se necessário a construção de uma nova postura política pedagógica que busque a valorização e adoção de uma prática de eliminação das ações discriminatórias e combate ao racismo, possibilitando assim, a vivência de novas possibilidades de reconhecimento de valores e atitudes, observações, análise de discurso, resolução de problemas, vividos no contexto escolar.

Precisa-se reconhecer que a escola atual não pode mais ser um simples lugar de transmissão de conhecimentos, conteúdos específicos, mas como um local de difusão da existência de sociedades plurais, diferenciadas e que reconheça as distintas culturas, diálogo e convivência.

Seu papel deve incluir a ação sensibilizadora para o desenvolvimento do sentir, pensar e atuar, compreendendo a diversidade, aprendendo sobre outras culturas por meio de diferentes tomadas de perspectivas, inversão de papéis com base em valores de solidariedade, cooperação e igualdade.

3.2 COMO LIDAR COM CASOS DE RACISMO DENTRO DA ESCOLA

Percebe-se que o racismo não é uma temática que há uma receita pronta, até porque, os educadores encontram dificuldades para identificar uma atitude racista. Pode acontecer do próprio educador também, não saber, a que grupo étnico ele pertence.

Há educadores de todas as etnias. A escola tem a obrigação de modificar a cultura, fazendo com que os adolescentes saibam como conviver com a diversidade étnica. Contudo para que se chegue a este propósito, torna-se necessário uma reelaboração dos currículos que, via de regra, não expressa e nem dão sentido democrático ao pluralismo racial.

Tal ação varia a contemplar o reconhecimento da diversidade cultural inserida na escola, além de primar pela valorização e respeito à manifestação cultural do outro ou seja, as escolas passariam a trabalhar a interação cultural sobre uma ótica das diversas manifestações culturais locais, de forma a evidenciar seus aspectos repreensivos e discriminatórios, para que haja uma transcendência do regional ao ideal de igualdade e respeito ao outro.

Segundo autor Cavalleiro (2000) nos diz que, o silêncio existente na sociedade, em relação aos conflitos étnicos, é o mesmo que sustenta o preconceito e a discriminação na escola. Romper o silêncio, em todos os níveis de ensino, pode significar o início de uma ação afirmativa.

A escola é o local onde os jovens têm o primeiro choque ao descobrir o significado de ser negro na sociedade brasileira. A definição do Professor Silva (1987), para o significado de ser negro em nossa sociedade, continua demonstrando ser a que melhor retrata a situação vivenciada pelos negros de diferentes segmentos sociais:

Ser negro no Brasil é, pois, com freqüência, ser objeto de um olhar enviesado. A chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar predeterminado, lá em baixo, para os negros e assim tranqüilamente comporta-se. Logo, tanto é incômodo haver permanecido na base da pirâmide social quanto haver subido na vida (SILVA, 1987, p. 147).

Não dá mais para manter uma posição de “neutralidade” diante do problema levantado por ele. Há uma grande necessidade, quase que geral, por parte da sociedade e, particularmente, por parte do Movimento Negro organizado, no sentido de que os pesquisadores e profissionais da educação considerem a importância e a especificidade da luta do povo negro.

Pelo reconhecimento da cultura negra, por relações de trabalho mais justo e digno, pela igualdade de direitos sociais a homens e mulheres de diferentes segmentos étnico/raciais, pelo acesso, permanência e êxito do povo negro na educação (Gomes, 1996, p.19).

Essa luta passa, não só, mas também, necessariamente pela educação, porque as dificuldades vivenciadas pelos jovens negros perpassam todos os níveis existentes na sociedade constituída: social, econômico, político, religioso e, conseqüentemente, educacional.

A discussão do problema pelo nível educacional que no qual tem uma responsabilidade maior e o dever de contribuir na direção da superação do estágio de discriminação e preconceito que tem caracterizado a sociedade brasileira nesses mais de 500 anos de história.

Trago para reflexão a análise feita por Santos Cruz.

Das dificuldades criadas pelo fato de as universidades não terem tradição de estudo providas das necessidades e das visões de mundo dos afro-descendentes. Nós, negros, estamos ausentes das preocupações do pensamento intelectual brasileiro e a produção sobre nós é muito pequena sendo a divulgação de trabalhos dessa natureza menor ainda (CRUZ, 2005, p. 21).

Segundo a autora, as relações acadêmicas predominantes em vários setores das universidades brasileiras colocam,

de um lado, participantes dos movimentos negros mergulhados na elaboração de uma crítica às sociedades ocidentais e suas relações históricas com os afro-descendentes, e, de outro, correntes de pensamentos de origem européia, cristalizadas em determinadas visões do fazer científico que não contemplam as diferenças étnicas e culturais e que, por vezes, desconhecem o racismo como um dos meios de exclusão nas sociedades de classes (CRUZ, 2005, p. 25).

Considero pertinente resgatar o questionamento de que não teria então, a universidade, uma responsabilidade significativa nessa questão.

A prática pedagógica, que conspira contra crianças, jovens e adultos negros, tentando silenciá-los enquanto cidadãos realizassem no interior das escolas. Sejam públicas ou particulares, estejam no centro ou na periferia, nas zonas urbanas ou rurais. Essa violência praticada dentro da escola traz conseqüências nem sempre visíveis de imediato, tanto para a garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana quanto para o cidadão negro em formação (SILVA, 2003, p.48).

Consciente dessa realidade, não é preciso procurar muito para se constatar algumas das conseqüências da discriminação, do racismo e do preconceito a que estão submetidos os negros na sociedade, de uma maneira geral, e, na escola, em particular.

Perreira acrescenta informações relevantes sobre o assunto:

(...) dados mostram que a maioria dos professores da rede pública de ensino ignora o problema e não sabe orientar os alunos, quando surge um caso de racismo na sala de aula. Por omissão, falta de preparo e até visão deturpada sobre a questão, acabam reforçando os preconceitos existentes na sociedade (PERREIRA, 2005, p.35).

Uma outra informação colocada pela mesma pesquisadora é que:

(...) não são as dificuldades econômicas que explicam a menor representatividade do negro no sistema de ensino, mas sim a discriminação e os preconceitos. Com a pesquisa, descobriu-se que, para o mesmo rendimento familiar per capita, a taxa de escolarização do negro é inferior à do branco. As crianças negras repetem mais de ano do que as brancas freqüentam os piores cursos e tendem a ser empurradas para escolas menos equipadas, com menos recursos pedagógicos e turnos mais curtos (idem, p.37).

Faz-se necessário ressaltar que os adolescentes e jovens que freqüentam a escola pública, “que nutre a discriminação que viu perdurar por toda vida”. Silva e Barbosa , continua discutindo a contribuição do povo negro para o repensar a escola, considera que:

pensar a educação brasileira do ponto de vista do povo negro é compreender que o processo de exclusão deste segmento étnico/racial não acontece somente em nível ideológico, que se faz notar na reprodução de estereótipos racistas nos livros didáticos, na baixa expectativa do professor em relação ao aluno negro, na veiculação de teorias racistas, na folclorização da cultura negra, mas também na existência de um sistema de ensino pautado em uma estrutura rígida e excludente que representa campo fértil para a repetência e a evasão (SILVA, 2003, p.24).

Sendo educador juvenil, não poderia me furtar de concordar com a discussão iniciada por Silva e Barbosa, pois não há como não reconhecer que:

quanto maior o número de descendentes de africanos que, com crescente nitidez, se vêm parte integrante da sociedade brasileira que ajudam, há quatro séculos, a construir material e ideologicamente, mais contundente se torna sua luta para transformar

esta sociedade. Já não se trata apenas de denunciar as opressões desde sempre sofridas, tampouco de proclamarem-se humanos diante dos que os desumanizam, mas sim de expressar conhecimento críticos da realidade vivida e a partir dele organizar suas ações (SILVA, 2003, p.26).

Para Silva vários estudos realizados sobre essa questão, tenham apontado, sempre, para a importância do papel a ser desempenhado pela educação na modificação dessa situação, pouco se tem evoluído em termos de resultados concretos, pois se continua a aplicar a mesma metodologia de ensino nas escolas.

(...) os professores, da educação infantil ao ensino superior, tem importante papel no fortalecimento da identidade negra, que se constrói nos embates provocados pela ideologia do branqueamento (SILVA, 2003, p.28).

Continuo ainda ressaltar as palavras de Silva

O educador, em geral, não percebe as graves diferenças existentes nos resultados escolares de crianças negras e brancas. Não estabelecem relações entre raça/etnia, gênero e desempenho escolar, e não percebe também como essa não percepção interfere na sua própria conduta. Entretanto, sabe-se que as representações determinam as relações, os comportamentos, as expectativas e as interações sociais. Assim, o despreparo constitui campo fértil para que o racismo se perpetue e a discriminação racial sofra mutações próprias do ambiente escolar (idem, p.66-7).

A responsabilidade da escola é, mais uma vez, muito bem destacada nas palavras de Cavalleiro

É tarefa da escola é fazer com que a História seja contada a mais vozes, para que o futuro seja escrito a mais mãos. É necessário romper o silêncio a que foram relegados negros e índios na historiografia brasileira, para que possam construir uma imagem positiva de si mesmos (CAVALLEIRO, 2001, p.107).

Em resumo podemos dizer que o racismo dentro da escola deve ser tratado com a interação entre a sociedade e escola, isto é, deverá ter uma participação ativa da sociedade e dos educadores, fazendo com que os adolescentes e jovens entendam as diferenças étnico-racial e passem a conviver dignamente.

3.3 HISTÓRIA DA ÁFRICA NO CURRÍCULO ESCOLAR

O currículo é resultado de uma construção social em qualquer nível educativo que encontra com os desafios na formação de significados envolvendo as dimensões política, social, técnico-pedagógica, portanto, uma seleção cultural politizada, tanto em seus pressupostos, como na sua prática.

É partindo desta concepção que iremos chamar atenção para a importância do estudo da África no currículo educacional brasileiro, como mais um elemento a garantir a formação de uma identidade social contextualizada, a partir de uma história real no que se refere à formação de nosso povo.

É interessante verificar que dentro desse entendimento o estudo da África coloca-se para além do imediato, que imprime uma visão bem mais abrangente, para a interpretação de diferentes manifestações da nossa sociedade.

Os adolescentes e jovens das escolas públicas brasileiras tem o direito de saber a verdadeira história da formação de nosso povo e como vem integrando-se a organização social e política do país, desenhando e mantendo um cotidiano social determinado.

É impossível negar que na história cultural, social, política e econômica do Brasil, a cultura africana constitui-se numa raiz étnica protagonista na formação do nosso povo.

O mapa que temos hoje, na composição demográfica, é de um Brasil multirracial, onde brancos e negros representam 99% da população total, mas a distribuição da riqueza não acompanha esta participação racial. Hildete Melo (2003), em seu estudo sobre gênero e pobreza no Brasil, alerta-nos:

A raiz escravocrata permanece como uma chaga, e os dados mostram a extrema desigualdade da distribuição dos rendimentos quando se desagregam os dados por cor/raça na sociedade brasileira no início do novo milênio. A auto-democracia racial cai por terra diante das disparidades das desigualdades entre brancos e negros (In: ROCHA e PANTOJA, 2004. p.83).

A escola brasileira não pode se omitir de fazer este debate no seu processo formativo. O ensino tem um papel fundamental na construção de identidades sociais, indispensável para o exercício pleno da cidadania.

É necessário superar a banalização impressa no tratamento dado a estudos e temas relevantes para a formação dos adolescentes e jovens. O ensino com certeza detém um lugar importante de destaque na formação do público juvenil, proporcionando a socialização institucional de idéias e valores dos jovens negros.

O processo de educação dos jovens se realiza coletivamente, gerando mudanças e no caso da prática curricular, isso exige o protagonismo dos/as jovens no cenário da composição racial que certamente está traduzida na heterogeneidade das salas de aulas brasileiras.

A inclusão da História da África no currículo escolar brasileiro representa uma possibilidade de um novo conhecimento e de uma nova formação que gerem mudanças, um olhar atento aos avanços.

Esse novo reinterpreta a história das mentalidades, do modo pelo qual, ao longo do tempo, a espécie vem efetivando os valores que estabelecem a produção da cultura na qual se incluem os valores da diversidade e da pluralidade, como instituintes ontológicos da natureza humana (In: ROCHA e PANTOJA, 2004. p.84).

Finalizando utilizamos as palavras de Foucault que afirma que nós somos diferenças, nossas identidades são as diferenças das máscaras. Nosso objetivo como educadores (as) é que a construção social dos currículos seja capaz de fazer com que essas máscaras sejam transparentes e não significam desigualdades.

3. 4 O QUE MUDA COM A INCLUSÃO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NOS CURRÍCULOS

O principal objetivo desta pesquisa é buscar responder os clamores dos afro-descendentes educadores e dos movimentos negros por todo o Brasil que lutam pela inclusão de uma disciplina que realmente contasse a verdadeira história da população negra na construção desse país.

Uma história que não se restringisse apenas naquelas famosas contribuições como acarajé, samba e capoeira que são veiculadas nos livros didáticos. A contribuição dos afro-descendentes é muito mais que isto, é na formação da sociedade, na questão das políticas raciais, na participação econômica, tal como o ciclo da cana e na literatura destacando Machado de Assis.

Hoje, conseguiu-se que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) fosse alterada para a introdução da história e da cultura negra afro-brasileira nos currículos das escolas da educação básica, do ensino superior e das escolas privadas. A inclusão vem como uma temática e não como uma disciplina.

A partir do momento em que as questões da cultura, das heranças e da tradição africana e afro-brasileira forem contempladas na sala de aula, a estima da nossa população se elevará, deslanchará o interesse pelo estudo da sua própria história.

O que ocorre em sala de aula, é que só são trabalhados conteúdos relacionados ao tema preconceito racial, em datas comemorativas, como o Dia da Abolição da Escravatura no mês de maio e o Dia da Consciência Negra em Novembro, quando caem em dia letivo, quando apenas alguns educadores trabalham o tema, pois para alguns não é de grande importância, esquecendo até mesmo de sua própria origem.

Os jovens negros não têm motivação para entrar numa sala de aula, pois ali não é respeitada a sua identidade. Tudo o que é “jogado” nele é que a cultura branca é a correta. Ele não tem história, fica invisível nesses currículos que são impostos nas nossas escolas.

Mas, como vivemos num país como uma falta de democracia racial, os educadores afro-descendentes, muitas vezes nem sabem da sua própria identidade. Falamos dessa questão muito distanciada e, sendo assim, os jovens são vítimas de uma educação que não contempla a sua história.

A escola deve ser um espaço de preparar para promoção de debates envolvendo os educadores, a comunidade, conversando com os alunos, trazendo as manifestações de tradição africana que existem no entorno da mesma. A escola, os educadores, os poderes públicos estão desligados das questões raciais, dos nossos heróis negros.

Eles contemplam personagens que não respondem aos nossos anseios. O negro somente é visto como cantores de pagode, jogadores de futebol e outros desportistas.

Porém as nossas personalidades não se restringem somente a essas áreas. Temos ministros negros participando do ministério do governo federal, da literatura, do cinema, da televisão, da dramaturgia e em muitas outras atividades.

O jovem, tanto negro quanto branco, precisa saber que é oriundo de um povo que resistiu à escravidão. É preciso que se aprofunde nesse particular. Mostrar que houve muita luta de resistência, houve muitos heróis e abolicionistas negros neste país. Não eram somente os brancos que lutavam pela abolição da escravatura.

É exatamente por um destes motivos que resolvemos pesquisar sobre o tema, em saber, enquanto educador como devemos tratar casos de racismo dentro do ambiente educacional, uma vez que não há uma receita pronta, até porque a sociedade em alguns momentos tem dificuldade de identificar uma atitude racista.

Apesar de não existir receita, um professor, enquanto educador que lida com a diversidade na sala de aula, tem que estar trabalhando muito atento com os seus alunos, a fim de que eles se sintam iguais uns aos outros.

Segundo Silva e Gomes (2006) o educador tem que garantir a igualdade. Ele tem que ter esse discurso em todos os momentos. A motivação vem do entendimento de que é somente pela via da educação que nós podemos fazer inclusão nesse país.

3. 5 LEI Nº 10.639/2003: HISTÓRIA DA AFRICA NO ENSINO PÚBLICO

Texto da lei, a diversidade cultural e racial e as práticas escolares Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

O decreto de Lei assinado pelo presidente da República são os seguintes:

Art. 1º - A lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos. Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos,

a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministradas no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. Art. 79 B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de Novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 9 de Janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República (SILVA e GOMES, 2006, p. 99).

Nem sempre a lei faz com que, na prática, ocorram as mudanças necessárias. Essa lei vem reconhecer a existência do afro-brasileiro, seus ancestrais os africanos, sua trajetória na vida brasileira, na condição de sujeitos na construção da sociedade.

Essa alteração na lei, em seus aspectos explícitos e implícitos, precisa ser construída, no dia-a-dia do fazer pedagógico no interior das escolas, envolvendo alunos, professores, corpo diretivo, corpo administrativo e comunidade escolar em geral, devendo ter como suporte um currículo moderno, no âmbito da sala de aula. Um dos aspectos positivos da lei é o de ter aberto espaço para que o negro seja incluído nas propostas curriculares como sujeito histórico.

E para que tal se cumpra, há que ter profissionais da educação, especialmente educadores, devidamente preparados e subsidiados para que possam fazer a releitura do currículo à luz da história e da cultura afro-brasileira, bem como elaborar nova proposta pedagógica com fundamento, entre outros, em conhecimentos filosóficos, antropológicos, sociológicos, religiosos, históricos, geográficos, culturais que abordem a questão do negro.

As raízes da história do Brasil têm seus pés na África. Como consequência, tratar de questões atuais que dizem respeito aos indicadores sociais e à diversidade cultural, especificamente à educacional, leva-nos a relacionar educação, cidadania, etnia e raça, o que se torna um assunto extremamente complexo.

Segundo Gomes (1996),

Essa relação aponta para aspectos que envolvem o cotidiano, a prática e as vivências da população negra e branca do país. Aponta também, para os vínculos entre a educação como processo

de desenvolvimento humano e a educação escolar como espaço sociocultural ou como instituição responsável pelo trato pedagógico do conhecimento e da cultura (GOMES, 1996, p.245).

Os indicadores sociais, em um estudo do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) apresentado a membros do Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça, apontaram que entre os 53 milhões de brasileiros pobres, 63% são negros e que, dos 22 milhões que estão abaixo da linha de pobreza, 70% são negros. Os números se tornam mais reveladores ao se levar em conta que os negros formam 46% da população brasileira.

Se esses dados representam a desigualdade racial, ao analisar o grau de escolaridade de brancos e negros, os pesquisadores se deparam com índices que mostram, de forma ainda mais contundente, os quão reduzidos foram às melhorias na educação dos negros desde o século XX.

Essa desigualdade se manifesta mais efetivamente ao se relacionarem questões de raça, índice de escolarização e condições econômicas. Enquanto a média de estudo dos adultos brancos é de 6,6 anos, a dos negros é de apenas 4,4 anos. Essa diferença de dois anos é praticamente a mesma que o bisavô de um jovem negro enfrentaria no início do século passado.

São maiores os contingentes de afro-brasileiros com menor índice de escolarização que vive em condições de miséria ou recebem salários inferiorizados. Entre as crianças de zero a seis anos, 38% das brancas são pobres um percentual bem mais baixo do que o de 65% de crianças negras nessas condições. Na faixa etária que vai dos sete aos catorze anos, a pobreza atinge 33% dos brancos, mas 61% dos negros.

Finalmente, na faixa etária que contempla jovens de 15 a 24 anos, 22% dos brancos e 47% dos negros são pobres. O mais preocupante é que esse quadro não deverá ser revertido no curto prazo.

Segundo o coordenador nacional da pesquisa do IPEA, Ricardo Henriques, em 13 anos, os brancos devem alcançar uma média de oito anos de estudos. A projeção para os negros é de que eles cheguem ao mesmo resultado daqui a 32 anos.

Na Europa, a média de estudo de um branco é de 12 anos. Ao apresentar o estudo, Henriques lembrou ainda que o Brasil melhorou o seu desempenho em

uma série de indicadores sociais na década de 90, mas não foi capaz de fazer com que a desigualdade entre negros e brancos diminuísse.

Por outro, como a organização da escola reflete a organização da sociedade que temos e fazemos, tanto numa como na outra se projeta à complexidade das relações entre os diferentes sujeitos e grupos sociais que as compõem.

Assim, nelas revelam-se as contradições e os conflitos que se manifesta por meio dos indivíduos que no seu cotidiano se inter-relacionam. Nesse contexto, instauram-se questões de preconceito e de racismo que reforçam os mecanismos de exclusão que permeiam toda a sociedade com relação aos alunos diferentes.

A discussão e a reflexão sobre o tema se estabelecem na interação social quando as diferenças entre culturas passam a ser objetos de atribuição de significados, hierarquizando a espécie humana.

Essa relação educação, sociedade, raça e cultura vem configurada nas palavras de Gomes a seguir:

A marca da sociedade e da cultura dominante é impressa em uma variedade de práticas escolares, isto é, na linguagem oficial, nas regras da escola, nas relações sociais na sala de aula, na seleção e apresentação do conhecimento escolar, na exclusão de capital cultural específico, etc. É desnecessário dizer que ela não simplesmente impressa ou imposta sobre a consciência ou sobre as ideologias dos oprimidos. É sempre mediada, algumas vezes rejeitada, algumas vezes confirmada. (...). É crucial reconhecer que as escolas representam terrenos contestados na formação das subjetividades, mas que esse terreno é tendencioso a favor da cultura dominante (GOMES, 1996, p.94-95).

Segundo Munanga, essa situação

acaba prejudicando a escola formal, como momento e espaço privilegiados institucionalizados no processo de educação e de socialização que levaria à formação de uma verdadeira academia (MUNANGA, 1996, p.235).

Esse caos que ocorre na Educação há décadas, deveria sair do seu enclausuramento e abrir para as discussões com todos os segmentos da sociedade direção, pais, professores, alunos sobre a questão do ensino-aprendizagem.

Propõe-se, atualmente, um projeto integrador que contemple algumas tarefas, como, buscar uma educação que dê conta da socialização do conjunto de conhecimento produzido pela sociedade que garanta um estudo da diversidade e das relações raciais.

Somente com um estudo anti-racista e com o estudo das contribuições culturais dos povos que formam nossa sociedade, poderemos alterar essas relações. Devemos superar a longa tradição européia, na qual uma cultura (do negro, do índio, da mulher, do homem do campo, do marginal urbano) constitui a base sobre o qual se constrói a longa tradição de exclusão socioeconômica, cultural e sócio-política da sociedade brasileira.

É muito significativa a projeção do pensamento europeu sobre a diversidade humana, mais especificamente sobre as instituições culturais brasileiras. É mais forte ainda no espaço particular da educação, ela se comprova sobre a deficiente formação dos professores e conseqüentemente, na atuação docente.

Os segmentos políticos e educacionais brasileiros vêm tratando de forma paliativa o assunto, embora a LDB – Lei 9394/96, em seu art. 26, 4º - estabelece que o ensino da História do Brasil deva levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e européia.

A necessidade de aprofundar o estudo sobre a questão étnica no Brasil ficou mais subsidiada com a promulgação recente da Lei nº 10.639, de 09 de Janeiro de 2003 que altera a Lei 9394/96 e torna obrigatória, nos currículos dos níveis fundamental e médio em estabelecimentos oficiais e particulares do país, a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

A demanda que a comunidade afro-brasileira, há décadas, vem exigindo cristalizasse com essa lei, pois reconhecer exige valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, à sua cultura, à sua história.

Vale ainda ressaltar, que apenas a lei não basta para ocorrer, de fato, uma mudança curricular no sistema de educação público na formação e na prática dos profissionais da educação. Na maioria das vezes, parece que estamos ensinando em algum país nórdico tal é a ausência da abordagem relativa à questão negra na História Brasileira.

Historicamente, a política educacional brasileira traz a exclusão já em seu bojo, pois não só o preconceito de classe, mas também o preconceito de raça e as propostas curriculares voltadas para as classes populares constituem-se em falácias e fortalecem o mito da democracia racial.

Na medida em que não inclui a História da África e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares do país, nossa política educacional não leva em conta a identidade dos jovens negros, não respeita seu modo de ser e pensar o mundo resiste a considerar a imensa influência que a cultura africana sempre exerceu sobre o modo de ser do brasileiro, com seus mais de 40% da população negra e mestiça.

Esse segmento, com escolaridade insuficiente e padrão de vida não dos vencedores, mas do daqueles que realmente foram protagonistas. Os educadores, nesse sentido, somos um elemento básico do ato pedagógico e pode ser um aliado extremamente importante para romper os elos dessa cadeia da alienação referente ao tema.

Esse fato vem por desconhecimento do assunto e por falta de oportunidade em discutir essa temática, já que desde os cursos de formação de professores é quase nula a inclusão de alguma disciplina que trate da cultura afro-brasileira. A Lei 10.639 traz uma contribuição de fundamental importância nessa relação/formação e atuação docente.

O debate sobre ela já trouxe um grande benefício à sociedade: colocar o tema na agenda nacional e fazer todos reconhecerem que é preciso realizar algo para diminuir a desigualdade na educação de ricos e pobres ou de negros e brancos.

É urgente e inquestionável a necessidade de capacitação do professor, para que possa cumprir a lei 10.639/2003. A aplicabilidade deste dispositivo legal está na relação direta com a eficiência do docente em tratar da temática estabelecida.

Tratar a temática do negro no currículo escolar não mais estará na dependência do educador ser negro, de querer ou não, de saber ou não. É de caráter obrigatório para todo o Magistério e tem função estratégica para a formação do cidadão brasileiro.

Percebe-se que para que isso se cumpra, seria necessário profissionais da educação, especialmente os educadores, devidamente preparados e

subsidiados para que possam fazer a releitura do currículo à luz da história e da cultura dos adolescentes e jovens afro-brasileiros, bem como elaborar uma nova proposta pedagógica com fundamento que abordem a representação dos aspectos positivos dos jovens negros no livro didático.

3.6 A DISCRIMINAÇÃO DOS ADOLESCENTES E JOVENS (AS) NEGROS (AS) NOS LIVROS DIDATICOS DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE GOIÂNIA

Conhecer para entender, respeitar e integrar, aceitando as contribuições das diversas culturas, oriundas das várias matrizes culturais presentes na sociedade brasileira, deve ser o objetivo específico da introdução nos currículos do tema transversal Pluralidade Cultural e Educação, que considero universal, pela sua abrangência e importância social.

Contudo, torna-se necessário refletir até que ponto as culturas oriundas dos grupos subordinados na sociedade, cujas contribuições não são consideradas como tradição e passados significativo e, por isso, são invisíveis e minimizadas nos currículos, poderão vir a ser objeto de investigação e constituir-se na prática educativa dos professores.

Por outro lado, os sujeitos dessas culturas são representados, em grande parte, nos meios de comunicação e materiais pedagógicos, sob forma estereotipada e caricatural, desposuídos de humanidade e cidadania.

No livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representados pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência.

Rosemberg (1980) corrobora essa afirmativa quando diz que “o homem branco adulto proveniente dos estratos médios e superiores da população é o representante da espécie mais freqüente nas estórias, aquele que recebe um nome próprio, aquele que se reveste da condição de normal”.

O livro didático pretende, portanto, um equilíbrio social impossível enquanto a sociedade for dividida em classes. Ele não propõe nada para o futuro diferente do paraíso que já temos hoje.

Em seqüência fazendo uma análise crítica do conteúdo no livro adotado, “História – Uma abordagem Integrada” de Petta e Ojeda (2003) em relação a discriminação no livros didáticos da rede de Ensino Estadual em Goiânia, o problema dos jovens negros não é um assunto em pauta da educação pública. De certa forma, ele é camuflado, não sendo discutido nos livros.

vivos, principalmente para o homem, o livro didático destaca somente alguns homens, que trabalham: o negro, o imigrante, o homem adulto. A criança, o jovem, o velho, a mulher e o índio aparecem de forma sui generis (CUNHA, 1995, p. 34).

Os livros didáticos do sistema de ensino estadual de Goiânia adotado no ano de 2007, só destacam os negros como escravos. É assim que ele entra na história. Desta forma, o livro deixa transparecer que o negro lá na África já desenvolvia esse tipo de trabalho.

O livro didático não está enfatizando os aspectos econômicos; pelo contrario, nem o aborda. Liberdade aí é totalmente abstrata, é a liberdade individual burguesa. Seu oposto é a escravidão, que é sempre analisada moralmente: o que é ‘bom’ que é ‘ruim’ para o homem (CUNHA, 1995, p. 38).

O livro didático ignora o adolescente e o jovem que não está na escola. Aquele que não foi estudar por falta de vagas, por morar longe da escola, porque trabalha ou aquele que abandonou a escola por repetência.

Os livros didáticos têm história no ensino público em nosso país, passando a serem tema de debates mais acentuados a partir da década de 30, quando da criação do MEC (Ministério da Educação, Saúde e Cultura). Começaram a ser debatidas, nesta época, sua história, sua caracterização como recursos de ensino, ao mesmo tempo em que se debatiam também as construções de prédios escolares, a legislação educacional.

Como se pode observar, o livro didático ganhou espaço nos meios de comunicação, e cada vez mais estimulou análises em torno deste material de ensino, tão utilizado nas escolas.

Na realidade o livro didático do sistema de ensino estadual goianiense acaba confundindo o educando. Ele não mostra com clareza o seu verdadeiro objetivo: estudo é trabalho, cuidar de casa é trabalho. Trabalho escravo é trabalho.

Na verdade, o livro só quer apresentar o caráter positivo do trabalho, sua finalidade: o progresso. Por incrível que pareça, não é dada ênfase, quando se espera, à realização pessoal pelo trabalho. Ou

melhor, ela é apresentada discretamente assim como o individualismo. Na verdade, o livro valoriza a cooperação e a solidariedade, aparentemente repudia aquele que só pensa em seus interesses (CUNHA, 1995, p. 51).

A função do livro didático constitui num recurso educacional bastante usado no processo ensino-aprendizagem, o que vem fazendo aos poucos ganhar espaço e ter influência considerável sobre as pessoas a eles relacionadas, ou seja, os educandos e educadores.

O livro didático, na realidade, tem sido o principal recurso empregado pelos educadores em geral. Há educadores que acham o livro indispensável para seu trabalho, a maneira mais fácil para seu trabalho, a maneira mais fácil para transmissão de conhecimento e informações.

Dentre as várias funções que os professores atribuem ao livro, está a de que ele contribui para uma melhor compreensão por parte das pessoas sobre o mundo que as rodeiam (FARIA, 1986, p.72).

Os livros didáticos da rede de ensino estadual de Goiânia, também são alvo de várias críticas, tanto dos educadores como dos educandos. Há uma citação bastante relevante sobre os livros didáticos, na obra de Ana Lúcia G. de Freitas, *Ideologia do Livro Didático*, destacam que os livros didáticos são feitos só para uma classe de jovens ricos, e os jovens pobres são esquecidos, que estão muito além da realidade das cidades brasileiras.

Desta foram, não se trata apenas de mudar o livro. O que deve ser entendido é o papel da escola e como ele é bem desempenhado, através de vários recursos. O Livro didático poderia ser diferente, mas exigiria um professor diferente; assim como este professor diferente saberia fazer bom uso até mesmo do livro didático (FARIA, 1986, p.73).

O livro didático aborda a educação como algo extremamente valoroso, como investimentos para o futuro, onde há de se garantir uma boa condição econômica, através de um bom emprego. Ele ignora, entretanto, um outro lado da realidade, mostrando somente o lado que atende aos anseios da classe dominante em relação ao poder, e o das pessoas em geral de quererem vencer na vida.

O livro didático menciona as razões pelas quais a maioria dos jovens não freqüentam a escola, aqueles adolescentes e jovens que não estão na escola por não terem encontrado vagas, por morarem distante da escola ou por terem de trabalhar para ajudar a família.

O bom livro didático tem como objetivo principal mostrar para os adolescentes e jovens seu principal fundamento e sua importância. Para melhor entendimento, deve mostrar clareza com aquilo que é transmitido pelo autor do livro para que o educando desenvolva o seu interesse pela leitura e tenha mais facilidade de compreensão.

Segundo Samuel Neto, bons livros são

aqueles que simplificam e interpretam em linguagem compreensível ao aluno conteúdos que em suas formulações originais se destinam a um reduzido número de especialistas; organizam e estruturam melhor o conteúdo e fazem-no usando recursos tipográficos e de ilustrações que facilitam o processo de ensino-aprendizagem (NETO, 1974, p. 30).

Existem vantagens que justificam o emprego dos livros didáticos na educação. Tanto o livro didático quanto qualquer outro livro depende do entusiasmo, de imaginação e do esforço do educador para que as funções sejam demonstradas e se mostrem adequadas à realidade das escolas.

O que torna o livro didático, mais coerente com a realidade da educação e representação dos jovens negros no sistema de ensino estadual de Goiânia é sem dúvida uma avaliação cuidadosa das vantagens do uso do livro nas escolas estaduais que possam conduzir o educador ao aumento, e não à diminuição, da confiança depositada no livro didático, como meio de instrução.

os livros didáticos não estão isentos de distorções em suas informações. Os textos contidos neles muitas vezes são desvinculados da realidade, não possibilitando ao aluno uma reflexão crítica do que lê. Na realidade, o livro deveria ser o veículo de treinamento de reflexão, e não um mecanismo a mais de veiculação ideológica à deposição da indústria cultural (LOPES, e ROCHA, 1987. p.101).

Olhando para o lado capitalista o livro didático é uma mercadoria cuja comercialização é interessante para autores e editores. Esses, por sua vez, reorientam milhares de adolescentes e jovens, que são enganados com propostas para sua realidade.

Para melhorar esse livro, há um longo caminho para percorrer: preparar os educadores para fazerem uma análise mais aprofundada, criticarem e usarem o livro didático de forma adequada e com a realidade dos jovens negro da rede de ensino estadual de Goiânia.

O livro didático apresenta pontos positivos e negativos, vantagens e desvantagens, o educador tem de saber mostrar mais o que há de vantagens em seu conteúdo e tentar melhorar aquilo que há de desvantagens.

O livro didático transmite uma imagem enganosa aos adolescentes e jovens, mostrando um prédio bonito, bem conservado, sem mostrar a realidade concreta de nossas escolas, onde o falta material (a começar pelo giz), as carteiras estão danificadas e, o mais serio de tudo, faltam profissionais competentes para exercerem funções dentro da escola, que são tarefas didáticas pedagógicos, porém educativas, que ocorrem nas escolas da rede pública de ensino estadual de Goiânia.

Outra imagem que é passada sobre as escolas públicas nos livros didáticos da rede de ensino estadual de Goiânia, que talvez seja a mais séria, é que o sucesso ou fracasso escolar só dependem dos próprios jovens educandos, de sua capacidade, do seu desempenho e do esforço do próprio aluno e não do modo como são tratados nas escolas, das informações que essas escolas passam, de sua real situação social.

Portanto, ao iniciar seus estudos os adolescentes e jovens já está carregada de responsabilidade que eles mesmos não entendem e nem poderia mesmo entender.

Os textos contidos nos livros didáticos sobre os jovens negros a apresentam como meio de promoção social. Entretanto, isso nem sempre acontece, pois existe uma série de barreiras que impedem que os adolescentes e jovens venham conseguir uma promoção na vida e na construção de sua cidadania por terem passado pela escola.

E sem dúvida esta situação se agrava quando são negros. Por isso se faz necessário uma mudança nas representações que são feitas dos adolescentes e jovens nos livros didáticos do país e claro da rede pública de ensino estadual de Goiânia.

CONCLUSÃO

Ao concluir essa pesquisa, temos certeza de estar dando os primeiros passos para um aprofundamento consciente e crítico a respeito dos problemas de discriminação racial dos adolescentes e jovens na educação, que são encarados com passividade por parte da maioria da população brasileira.

Vivemos numa sociedade composta por negros e brancos, e os negros estão lutando para conseguir serem tratados com igualdade e serem bem aceitos em qualquer instância de nossa sociedade.

Percebemos, no decorrer da pesquisa, que o racismo na educação no sistema de ensino estadual de Goiânia não é problema só no Brasil, existindo entre outros povos. Mas, no Brasil, esse racismo tomou uma forma muito especial, tornando-se um racismo camuflado, isto é, praticado de maneira sutil.

A mentalidade racista, que veio com os portugueses para o Brasil, é reforçada por teorias racistas estrangeiras, influenciando, assim, nossos intelectuais, destacando-se inclusive alguns romancistas que têm em comum sangue negro, mas não assumem, pois passaram pela “ideologia do embranquecimento”.

Sendo assim, é máxima urgência investir em projetos de educação onde a criança negra possa se situar enquanto ser humano com identidade, origem, história, cultura, religião, enfim, que conheça e reconheça sua tradição civilizadora organizada.

Para melhor refletir sobre a formação pelo conhecimento, a cidadania é condição inicial para que mudanças significativas possam ocorrer no sistema de educação brasileira. Nota-se, o termo formação deve, nos nossos dias, substituir o termo educação, quando se refere à relação estabelecida entre educador e educando como intermediário do mundo.

Uma escola progressista, igualitária, com o olhar voltado para o terceiro milênio e consciente da globalização não pode ser ou permanecer sendo, aquilo que “despeja” conteúdos unilaterais, reproduzindo desigualdades, preconceitos e racismo, enfim, uma escola excludente.

São poucos os jovens negros que chegam ao segundo grau (2,7% dos que começaram a estudar) e apenas 0,01% chega a terminar o nível superior.

Ainda existe um grande número de jovens negros analfabetos, bem mais que o dobro do de brancos analfabetos (16% dos brancos e mais de 30% dos negros). A taxa de negros com escolaridade superior a onze anos de estudo é cerca de quatro vezes menor que a de brancos.

O negro na sociedade, no que diz a respeito ao mercado de trabalho, além de não ter oportunidades de alcançar melhores salários, tem a porcentagem maior de desempregados, que estão expostos às maiores injustiças e que são as maiores vítimas da violência policial.

Ao concluir este trabalho sobre a representação dos jovens negros no livro didático, penso que ele não deve ser desligado da realidade, e que ele tem tido uma função: reproduzir a ideologia dominante. Dessa forma, o livro dissimula a discriminação contra o jovem, o pobre, o negro e as mulheres, valorizando-o pelo trabalho, educação e garantindo-lhe, enganosamente que estudando, ele será alguém no futuro.

O livro didático adotado pela rede de ensino público estadual de Goiânia é pouco criativo. Usa de muita fantasia para esconder ou até mesmo camuflar a realidade social, cria um mundo que, por um lado, não existe para o conjunto da sociedade e, por outro, não aponta perspectivas de uma vida digna para os adolescentes e jovens negros.

BIBLIOGRAFIA

BOTTOMORE, Tom. (org.) **Dicionário do pensamento marxista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

CADERNOS DE EDUCAÇÃO ANTI-RACISMO: **Uma ação necessária**. A. 1, n. 7, agosto. 1997.

CAVALLEIRO, Eliane (org). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

_____. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo, Abril Cultural/Brasiliense, 1984.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Identidades negras e educação**. Revista do CCHLA/UFPB. Número especial, nov. 1995.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. **O jovem como sujeito social**. Revista Brasileira de Educação. Campinas, Anped, n. 24, set/out/nov/dez, 2003.

FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1986. (Col. Polêmicas do nosso tempo, 7).

GODOY, Kathya Maria Ayres de. **Uma Experiência em Processo: Alfabetização e Artes**. Revista do Programa Alfabetização Solidária, Brasília: v. 1, n. 1, jul./dez., 2001.

GUIMARÃES, A. S. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

GOMES, N. L. **Escola e diversidade étnico-cultural: um diálogo possível.** In: Dayiell, Juarez. (org). **Múltiplos Olhares sobre educação e cultura,** Belo Horizonte: UTE/ Humanitas, Simpro, 1996.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. **Prática do racismo e formação de professores.** In: DAYRELL, Juarez (Org) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 1996.

LIMA, G. A. **Anti-racismo: uma ação necessária.** Caderno de Educação. Ago. 1997. n.7. 1 ed.

LOPES, Adeonil e ROCHA, Sebastião de Oliveira. Caderno de Pesquisa, n. 63 São Paulo, nov. 1987.

MUNANGA, kabengele. (Org) **Superando a racismo na escola.** 2 ed. Revisada, Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NETO, Samuel. **O livro na educação.** Rio de Janeiro: Primos/INL, 1974.

REVISTA CULTURAL FUNDAÇÃO PALMARES - **Jovens Negros em São Paulo: Auto-Estima e Participação,** n. 4 out. 2000.

REVISTA MUNDO JOVEM – **Juventude e seus caminhos.** Rio Grande do Sul, Ano 45, n. 374, mar. 2007.

REVISTA PRINCÍPIOS, n. 34, ago/set/out.1 994.

REVISTA EDUCAÇÃO PARA TODOS - **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n 10.639/02.** In: LINO, Nilma Gomes, **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** Brasília, 2005.

_____. **História da Educação do Negro e outras histórias.** In: CRUZ, Mariléia dos Santos, **Uma abordagem sobre a história da educação dos Negros.** Brasília, 2005.

_____. **História da Educação do Negro e outras histórias.** In: PERREIRA, Amauri Mendes. **Escola: Espaço privilegiado para a construção da cultura de consciência negra.** Brasília, 2005.

PETTA, NICOLINA e OJEDA, Eduardo Aparício Baez. **História – Uma abordagem Integrada.** Volume único. 2 ed. São Paulo, Ed. Moderna, 2003.

ROCHA, Ruth, **Minidicionário: Enciclopédico Escolar.** 3 ed. Rio de Janeiro: Ed Scipione, 1996.

ROCHA, Maria José, e PANTOJA, Selma (Org.). **Rompendo silêncios: História da África nos currículos da educação básica.** Brasília: DP Comunicações Ltda., 2004.

ROSEMBERG, F. **Análise dos modelos culturais na literatura infanto-juvenil brasileira.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1980, n.1-9.

SANTOS, Risomar Alves dos. **A cidadania no cotidiano da mulher negra em João Pessoa: negação e luta.** Tese (mestrado em Educação Popular) AUFPB. João Pessoa, 1996.

SANTOS, J. R. **Livro didático: um mal necessário?** *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.63, nov., 1987.

SILVA, Marilene da. GOMES, Uene José (Org.). **África Afrodescendência e Educação.** Goiânia: Ed da UCG, 2006.

SILVA, A. C. da. **Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro de comunicação e expressão do 1º grau - nível 1.** *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 63, 1987.

SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático.** Salvador: EDUFBA, 2003.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SPOSITO, Marília Pontes. **Juventude, crise, identidade e escola.** In: DAYRELL, Juarez (Org) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 1996.